

## O Castelo e as Muralhas da Urbe



**O castelo de Torres Vedras** – Vista do Choupal

A primeira descrição que conhecemos da vila de Torres Vedras, data de inícios do século XV. Fernão Lopes descrevia a urbe, aquando do cerco à alcáçova e castelo, entre o final de 1384 e início de 1385, por D. João, Mestre de Aviz, do seguinte modo:

«Este lugar de Torres Vedras he dhũa fremosa mota, a quall natureza criou em tam ordenada igualldade, como se a mão fosse feita artificialmente; teem boom e gracioso termo junto comssigo e arredor, de paães e vinhas e outros mantiimentos, que naquell tempo per aazo da guerra de todo pomto eram gastados. A villa tem sua cerca arredor do monte, e na mayor alteza delle esta o castello; e amtre a villa e o castello moravom tam poucos, de que nom he fazer comta; e toda sua poboraçom era em hũu grande arravalde de muitas e boas casas, em bem hordenadas ruas ao pee do monte».

Em 1383, a vila não se encontrava amuralhada, encontrando-se a “vila” (alcáçova) e o castelo pouco povoados, uma vez que os espaço

urbano de desenvolvia fora de muros, num extenso arrabalde, na encosta, virada a sul da mota do castelo.

Ente a primeira cerca e a fortaleza no cimo do monte existia um pequeno bairro, onde se encontrava a Colegiada de Santa Maria do Castelo e, no cimo, o Paço dos Alcaides. E no castelo encontrar-se-ia também a prisão. Aqui residia o alcaide, encarregado do comando do castelo, e exercício de jurisdição sobre os cavaleiros, administrando a justiça, recebendo o tributo denominado alcaidaria. Mas também aqui se desenvolvia uma intensa actividade religiosa, pelo menos desde a ocupação cristã da vila, em torno da Colegiada de Santa Mariado Castelo.

No arrabalde, desenvolviam-se as intensas actividades económicas e administrativas. Aqui se encontrava a urbe artesanal e comercialmente activa, descendo a encosta, como se desenhando um trapézio, em direcção a São Tiago e São Pedro. Neste espaço encontravam-se o açougue dos clérigos, a rua dos mercadores, a Judiaria, o Relego, as rua das olarias, a praça dos víveres. Por isso mesmo, pouco tempo depois do regresso do castelo à posse do monarca português, numa altura em que a ameaça de uma nova invasão castelhana continuava a pairar (pelo menos até ao Tratado de Paz de 1411), se decidiu cercar a vila com uma muralha.

A decisão não deveria estar tomada ainda em 1393, momento em que a Colegiada de São Pedro emprazou uns pardieiros, lembrando ao foreiro a necessidade de os transformar em casa, ao mesmo tempo que estipulava o pagamento do foro de seis libras anuais, acrescentando porém *se per ventura em algũu tenpo se cercar a villa e a dictas casas forem derrubadas per razom de cerca que se asy fezer, que vos nom seyades thudoo a fazer as dictas casas nem outrosy a pagar a dicta pensom a nos como dicto he*. Todavia estava presente a ideia da construção da muralha, parecendo ser um projecto conhecido publicamente, uma vez que se sabia, ainda que aproximadamente, o percurso onde deveria passar a muralha.

Não conhecemos a data de início da sua construção, assim como da sua conclusão. Sabemos, porém, que as obras estavam em curso em 1411, data em que o vedor das obras do muro aparece como testemunha de uma escritura pública, e permaneciam em 1434. E nada sabemos acerca da sua conclusão, que talvez nunca tenha acontecido, o que parece induzir-se de um dos argumentos da resposta dos Vereadores, procurador e homens-bons da vila de Torres Vedras a D. João III sobre a intenção do monarca transferir para aqui a Universidade de Lisboa. A Câmara exprimia o seu desacordo, devido ao excessivo número de pessoas de fora aposentadas na vila à custa dos moradores, à pobreza destes e à turbulência dos escolares *em hũa villa como esta que nom he cercada*.

Em 1488 um inventário das propriedades da Colegiada de São Pedro refere a existência de um pardieiro que confrontava com o muro da vila junto ao Chafariz dos Canos, confrontando a *Poente com o muro*. Para a parte da muralha construída contribuían os moradores da vila e termo, quer através do seu trabalho, quer em dinheiro, podendo o rei renunciar durante um certo tempo a algumas rendas e direitos que lhe eram devidos.

Em 1516, os muros eram reparados por Antão de Oliveira. Tratar-se-ia, muito provavelmente, de obras de reparação na muralha da alcáçova, como as que são atribuídas a D. Dinis, no ano de 1388, e de D. Fernando, entre 1373 e 1382, altura em que a vila ainda não era cercada.

Quanto às portas, apenas a toponímia e as descobertas feitas por ocasião de algumas obras de construção civil têm permitido localizá-las, assim como determinar a direcção das muralhas. A documentação medieval não faz referência a qualquer porta, referindo António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, publicada em 1712, que no seu tempo ainda existiam três: a da Várzea, a de Santana (junto à ermida de Santa Ana) e a da Corredoura. A de

Santana foi demolida em 1641, para permitir a ampliação e embelezamento do Largo da Graça. A da Várzea seria demolida em 1734, por ordem de D. Afonso V, servindo as suas pedras para a construção da calçada que dela partia para Mafra e Lisboa. A da Corredoura, não se conhece a sua demolição, mas ainda hoje é visível uma parte de um pequeno torreão e muralha, junto ao Chafariz dos Canos, por ocasião das obras num edifício defronte daquele.

Às três portas referidas alguns autores apontam a existência de uma quarta porta, baseando-se na referência de um documento de 1341 redigido ante a porta dos moinhos da Ponte Pedrinha. Mas parece-nos que tal referência aponta não para uma porta na muralha, mas para a porta dos próprios moinhos, o que não impede, porém, a existência de uma hipotética passagem, que daria acesso aos pelames (de que ficaria o micro-topónimo na rua dos Polomes), aos moinhos, hortas e vinhedos próximos. Próximo da igreja de S. Miguel, deveria existir também uma pequena porta ou postigo, que permitisse aos fiéis alcançar a igreja, talvez permitindo a passagem na Rua de Carcavelos, largamente citada na documentação medieval.

**SAIBA MAIS:** RODRIGUES, Ana Maria, S. A. – O Castelo e as Muralhas de uma vila estremenha: Torres Vedras. In *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste: Estudos sobre Torres Vedras Medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996. p. 25-43.